

Preconceito, desconhecimento e problemas de implementação: uma revisão da literatura sobre políticas públicas para pessoas em situação de rua

Prejudice, ignorance, and implementation problems: a literature review on public policies for homeless people

DOI:10.34117/bjdv8n9-060

Recebimento dos originais: 25/07/2022

Aceitação para publicação: 31/08/2022

Alice Gibeke Siqueira Dalmolin

Graduanda em Políticas Públicas

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Endereço: Av. Bento Gonçalves, 9500, Prédio 43322 (IFCH), Sala 205, Agronomia,

CEP: 91509900, Porto Alegre - RS

E-mail: alicegibeke@icloud.com

Rafael Barbosa de Aguiar

Mestre em Políticas Públicas

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Endereço: Av. Bento Gonçalves, 9500, Prédio 43322 (IFCH), Sala 205, Agronomia,

CEP: 91509900, Porto Alegre - RS

E-mail: rafaelpolpub@gmail.com

Luciana Leite Lima

Doutora em Ciências Sociais

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Endereço: Av. Bento Gonçalves, 9500, Prédio 43322 (IFCH), Sala 205, Agronomia,

CEP: 91509900, Porto Alegre - RS

E-mail: lucianaleitelima@gmail.com

RESUMO

Devido ao grande contingente de pessoas em situação de rua no Brasil, em 2009 foi criada a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR). De maneira intersectorial, tal política tem como objetivo assegurar o acesso das pessoas em situação de rua aos serviços ofertados pelo Estado. De forma complementar, em 2011, através da Portaria nº 2.488, foi criada estratégia específica voltada à saúde dessa população, o Programa Consultório na Rua (PCR). Nesse contexto de enfrentamento da problemática por meio de políticas públicas e da relativa novidade dessas iniciativas, o objetivo deste artigo é mapear a literatura científica sobre a PNPSR e o PCR, buscando identificar e sistematizar seus principais achados, os temas mais e menos abordados e como essas políticas têm sido implementadas. Para isso, realizou-se uma revisão sistemática da literatura, a coleta de dados foi realizada em março de 2022 nas bases de dados Capes, SciELO e Google Scholar, e foram identificados oito artigos. Constatou-se que a maioria das publicações tratavam das dificuldades de adesão ao PCR e dos seus problemas de implementação, que produzem barreiras de acesso à população em situação de rua.

Palavras-chave: população em situação de rua, políticas públicas, revisão sistemática.

ABSTRACT

Due to the large contingent of homeless people in Brazil, in 2009 the National Policy for the Homeless Population (PNPSR) was created. In an intersectoral way, this policy aims to ensure the access of homeless people to the services offered by the State. In a complementary way, in 2011, through Ordinance No. 2488, it was created a specific strategy aimed at the health of this population, the Street Clinic Program (PCR). In this context of facing the problem through public policies and the relative novelty of these initiatives, the objective of this article is to map the scientific literature on the PNPSR and the PCR, seeking to identify and systematize its main findings, the most and least addressed issues and how these policies have been implemented. For this, a systematic literature review was carried out, data collection was performed in March 2022 in the Capes, SciELO, and Google Scholar databases, and eight articles were identified. It was found that most publications dealt with the difficulties of adherence to the RCP and its implementation problems, which produce access barriers to the homeless population.

Keywords: homeless population, public policy; systematic review.

1 INTRODUÇÃO

Em março de 2020 havia 221.869 pessoas em situação de rua (PSR) no Brasil, segundo dados do Sistema Único de Assistência Social (FERREIRA, 2022). As condições precárias e insalubres nas quais essas pessoas vivem, somadas aos riscos e exposições acumuladas resultam em diversas vulnerabilidades e privações que merecem intervenções públicas específicas (MEDEIROS; CAVALCANTE, 2018).

Para lidar com essa problemática, o governo federal desenvolveu a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), formalizada através do Decreto nº 7.053 de dezembro de 2009 (BRASIL, 2009), sendo essa a primeira política específica voltada para esse público-alvo, e, em 2011, criou o Programa Consultório na Rua (PCR), por meio da Portaria nº 2.488 (BRASIL, 2011). Ambas as políticas têm como objetivo a melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de rua, garantindo acesso à direitos e aos serviços públicos, sendo o PCR especificamente uma política de saúde.

Tendo em vista a problemática e as iniciativas de políticas públicas correspondentes, o presente artigo tem como objetivo sistematizar a literatura científica sobre a PNPSR e o PCR. Nesse sentido, pretende-se mapear o conhecimento produzido, identificando as temáticas abordadas e as conclusões acerca da implementação dessas iniciativas.

Para tanto, o artigo está organizado em três partes, além dessa introdução. Na primeira, apresentamos a metodologia; na segunda, expomos os resultados e realizamos

a discussão; por fim, sistematizamos os achados na conclusão, apontando, também, caminhos para o desenvolvimento de uma agenda de pesquisa.

2 METODOLOGIA

Empreendemos uma revisão sistemática de literatura, definida como um tipo de revisão baseada em evidências que identifica as principais contribuições científicas para um campo ou questão específica (TRANFIELD; DENYER; SMART, 2003). Nesse sentido, os documentos encontrados a partir da utilização de métodos explícitos e sistematizados de pesquisa passam por análises críticas e posterior síntese da informação selecionada (SAMPAIO; MANCINI, 2007).

No presente artigo, objetivamos identificar e analisar as discussões acerca da Política Nacional para a População em Situação de Rua e do Programa Consultório na Rua com vistas a mapear e sistematizar o conhecimento produzido, a fim de fornecer contribuições teóricas e práticas. Para tanto, a revisão sistemática foi dividida em quatro etapas, conforme sugerido por Tranfield, Denyer e Smart (2003): Planejamento: identificação de palavras-chave, construção do protocolo de pesquisa, escolha e revisão da base de dados utilizada para a investigação por meio do protocolo; Seleção: definição de critérios de inclusão/exclusão, processo de seleção baseado nos critérios; Análise Descritiva: categorização da literatura e visão sumária de artigos selecionados e; Análise Temática: revisão aprofundada dos artigos, destacando o desenho da PNPSR e do PCR, bem como suas implementações e avaliações.

2.1 PLANEJAMENTO: ESTRATÉGIA DE BUSCA

Inicialmente, foi realizada busca no Portal Periódicos CAPES devido à sua grande disponibilidade de materiais. Contudo, diante da escassez de trabalhos sobre a PNPSR e o PCR, foram necessárias novas buscas em diferentes bases de dados como a Scientific Electronic Library Online (SciELO) e, por fim, Google Scholar.

Os protocolos de pesquisa utilizados foram selecionados a fim de garantir que todos os artigos relevantes dentro dos critérios de pesquisa fossem incluídos. A Tabela 1 apresenta os protocolos de pesquisa, bem como seus resultados nas bases de dados Periódicos CAPES, SciELO e Google Scholar.

Tabela 1. Protocolo de pesquisa e número de trabalhos sobre a PNPSR e PCR

Protocolo de Pesquisa	CAPES	SciELO	Google Scholar	Total
“Política Nacional para a População em Situação de Rua”	49	0	1400	1.449
“Programa Consultório na Rua”	4	0	119	123
Política Nacional para a População em Situação de Rua	-	3	-	3
Programa Consultório na Rua	-	3	-	3
Total	53	6	1519	1578

Fonte: Elaboração própria.

Na busca realizada no portal periódicos CAPES foram localizados 49 documentos para a PNPSR e quatro para o PCR. Operacionalizando a mesma busca no portal da SciELO nenhum trabalho foi identificado. Diante disso, acrescentamos ao protocolo de busca as mesmas palavras-chave sem aspas. Como resultado, obtivemos mais seis documentos, três sobre a PNPSR e três sobre o PCR. Por fim, para o Google Scholar, surgiram 1.519 resultados, 1.400 para a política e 119 para o programa, número suficiente para que não houvesse a necessidade de uma busca mais ampla (sem aspas), totalizando 1.578 documentos.

2.2 SELEÇÃO: CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

A partir da leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, refinamos os resultados da pesquisa das publicações selecionadas de acordo com os critérios de inclusão e exclusão contidos no Quadro 1. Os textos completos foram examinados se os títulos e resumos fossem ambíguos ou insuficiente para a decisão.

Quadro 1. Critérios de inclusão e exclusão dos documentos na pesquisa

	CAPES	SciELO/Google Scholar
Critérios de Inclusão	Estudos em português	-
	Estudos publicados a partir do ano de 2009	Estudos publicados a partir do ano de 2009.
	Artigos publicados em periódicos (<i>journals</i>) e revisados por pares	-
	Áreas de ciências sociais/humanas e políticas públicas	-
	Estudos que levantaram a produção de políticas públicas direcionadas às PSR	Estudos que levantaram a produção de políticas públicas direcionadas às PSR
	Estudos que analisaram a necessidade de acesso a serviços de saúde da PSR	Estudos que analisaram a necessidade de acesso a serviços de saúde da PSR
	Estudos que analisaram a atuação do PCR, assim como o acesso das PSR ao programa, suas barreiras e dificuldades.	Estudos que analisaram a atuação do PCR, assim como o acesso das PSR ao programa, suas barreiras e dificuldades
Critérios de Exclusão	Estudos antropológicos	Estudos antropológicos
	Estudos que tratam apenas sobre o processo de saúde-doença da PSR	Estudos que tratam apenas sobre o processo de saúde-doença da PSR
	Estudos que tratam apenas sobre o perfil da PSR	Estudos que tratam apenas sobre o perfil da PSR
	Estudos que não abordam a PNPSR e o PCR	Estudos que não abordam a PNPSR e o PCR

	Estudos que constam mais de uma vez na mesma ou em diferentes bases de dados (duplicados)	Estudos que constam mais de uma vez na mesma ou em diferentes bases de dados (duplicados)
	Estudos sem texto completo disponível	Estudos sem texto completo disponível
	Resenhas, TCCs, dissertações e teses	-

Fonte: Elaboração própria.

Uma vez estabelecido o protocolo, executada a pesquisa no Portal Periódicos CAPES, no SciELO e Google Scholar e aplicado os critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 8 artigos. No que concerne ao Google Scholar, os documentos foram submetidos, primeiramente, aos critérios de inclusão: artigos de revisão, escritos em português, a partir de 2009, resenhas, TCCs, dissertações e teses. Após a aplicação destes filtros, foram encontrados 26 artigos sobre a política e quatro sobre ao programa, os quais foram submetidos aos critérios constantes no Quadro 1. A Tabela 2 exhibe a quantidade de documentos selecionados de acordo com a base de dados.

Tabela 2. Documentos selecionados para compor a pesquisa por base de dados

	CAPEs	SciELO	Google Scholar	Total
Política Nacional da Pessoa em Situação de Rua	0	1	6	7
Programa Consultório na Rua	1	0	2*	1
Total	1	1	6	8

Fonte: Elaboração própria. Nota: Os trabalhos encontrados na busca por produções acerca do PCR também foram encontrados na busca por produções acerca da PNPSR, sendo assim, excluídos para evitar duplicidade.

O Quadro 2 exhibe os documentos selecionados para a revisão sistemática por tipo, classificação QUALIS, título e autores.

Quadro 2. Documentos selecionados para a revisão sistemática

Tipos	Ranking QUALIS*	Título	Autor(es)
TCC (graduação)	-	Produção de conhecimento da população em situação de rua no Brasil: uma revisão na literatura	ASSARIAN, 2018
Artigo	B2	Políticas públicas de saúde direcionadas à população em situação de rua: uma revisão de literatura	SANTOS <i>et al.</i> , 2020
TCC (especialização)	-	Serviços de saúde como lugar de acesso à população em situação de rua: revisão sistemática de literatura	ZURAWSKI, 2017
Artigo	B5	A Atuação do Consultório na Rua Quanto ao Acesso da População em Situação de Rua aos Serviços de Saúde: Uma Revisão Literária	MACEDO; SPEÇATO; SANTOS, 2021

Artigo	A2	O acesso aos serviços de saúde pela População em Situação de Rua: uma revisão integrativa	ANDRADE <i>et al.</i> , 2020
Artigo	A1	Direito à saúde da população em situação de rua: reflexões sobre a problemática	PAIVA <i>et al.</i> , 2016
Artigo	A1	Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate	SERAFINO; LUZ, 2015
Artigo	A1	A implementação do programa de saúde específico para a população em situação de rua - Consultório na rua: barreiras e facilitadores	MEDEIROS; CAVALCANTE, 2018

Fonte: Elaboração própria. Nota: *Maior classificação entre as áreas.

2.3 ANÁLISE DESCRITIVA E TEMÁTICA

Por fim, os textos selecionados foram submetidos a uma análise descritiva, visando a categorização da literatura e visão sumária e análise temática. Esse procedimento consistiu em uma revisão aprofundada dos artigos por meio de análise de conteúdo utilizando software NVivo, as categorias foram delineadas a partir da leitura dos documentos e constam na Figura 3. Tais achados estão descritos na seção Resultados e Discussão.

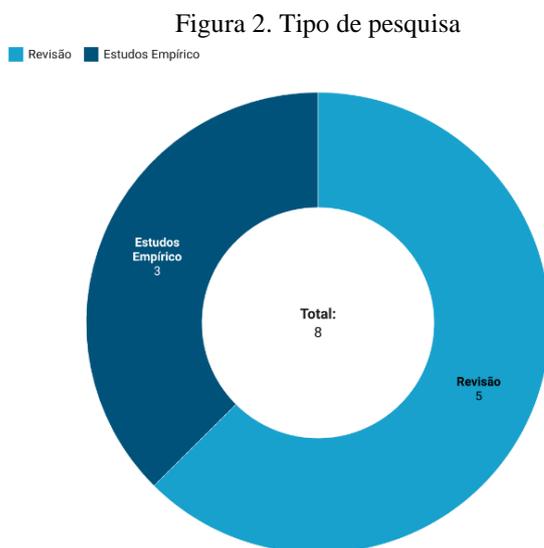
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro movimento de análise dos estudos selecionados foi descrevê-los conforme a quantidade de publicações, tipo de pesquisa e identificação dos temas abordados. Considerando que a PNPSR foi criada em 2009, pode-se considerar que os estudos são tardios, sendo o primeiro deles de 2015 (SERAFINO; LUZ, 2015), como mostra a Figura 1. Ademais, a quantidade de trabalhos é bastante incipiente ao longo dos sete anos em que foram identificadas publicações. Isso indica o baixo interesse que esse tipo de política tem despertado no campo da pesquisa científica.



Fonte: Elaboração própria.

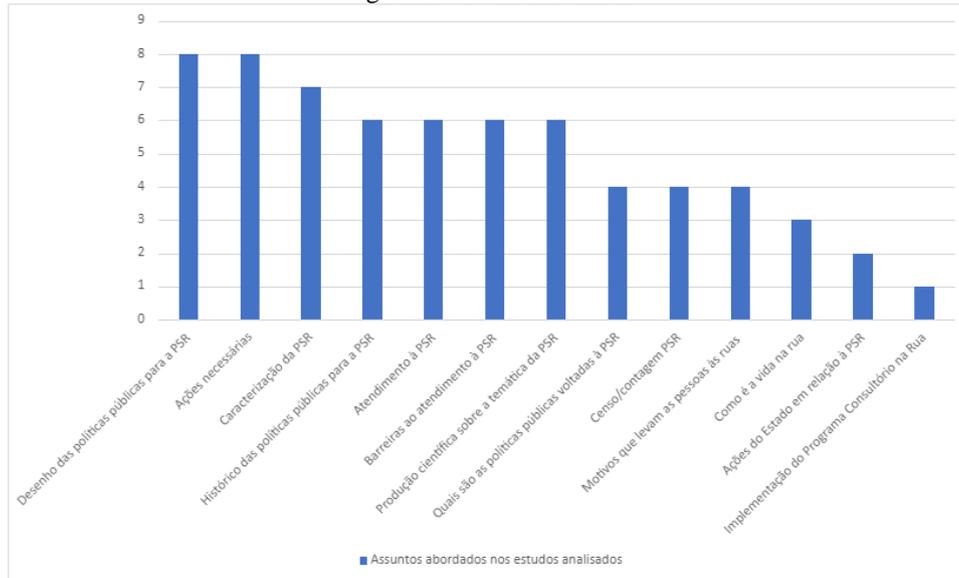
A Figura 2 apresenta os tipos de pesquisa empregadas nos estudos selecionados. Verifica-se a prevalência de revisões de literatura em relação aos estudos empíricos. Tal achado reforça o que foi constatado a partir dos dados da Figura 1, que o campo de produção de conhecimento acerca desse tipo de política ainda é embrionário e que os estudos existentes, curiosamente, demonstram uma preferência por um enfoque a partir de dados secundários. Esse quadro revela oportunidades para o desenvolvimento de pesquisas empíricas.



Fonte: Elaboração própria.

Quanto aos temas abordados, foram identificadas diversas discussões em comum. A análise qualitativa dos documentos, evidenciou treze temas, como mostra a Figura 3, dois deles foram identificados nos oito documentos: desenho das políticas públicas para a população em situação de rua e ações necessárias, em relação às políticas, para garantir a efetividade.

Figura 3. Temas abordados



Fonte: Elaboração própria

3.1 ANÁLISE TEMÁTICA

A partir da identificação dos temas abordados foi possível agrupá-los em três eixos: (1) dificuldades da adesão do Programa Consultório na Rua, (2) problemas de implementação do Programa Consultório na Rua que produzem barreiras de acesso à população em situação de rua e (3) produção científica acerca da população em situação de rua.

3.1.1 Eixo 1: dificuldades da adesão do Programa Consultório na Rua

O estudo que trata das barreiras e dos facilitadores da adesão ao Programa Consultório na Rua demonstrou que, seguindo a lógica da maioria das políticas e programas de saúde no país, a implementação é descentralizada e depende da adesão discricionária dos municípios (MEDEIROS; CAVALCANTE, 2018). Nesse sentido, Medeiros e Cavalcante (2018) identificaram os fatores que incentivaram e aqueles que dificultaram esse processo. Do ponto de vista do governo federal, foram enfatizadas as estratégias de apoio à implementação realizadas pelo Ministério da Saúde, percebidas como responsáveis pelo crescimento, entre 2012 e 2015, do número de municípios participantes. Da perspectiva dos gestores locais, foram citados como facilitadores da adesão: a existência de outras políticas para o mesmo público-alvo, disponibilidade de profissionais de saúde para compor as equipes e financiamento federal para custeio. De outra forma, foram apontados como dificultadores: preconceito da população com o público-alvo, carência de profissionais de saúde para compor as equipes e financiamento

federal considerado inadequado. Desse modo, os autores sinalizam que é necessário considerar a heterogeneidade política, socioeconômica e as capacidades dos governos municipais, de modo a gerar cooperação interfederativa e êxito na implementação local das políticas públicas formuladas no governo federal.

3.1.2 Eixo 2: problemas de implementação do Programa Consultório na Rua

Nesse eixo, são destacadas as dificuldades na implementação que acarretam restrições de acesso aos serviços, especificamente: carência de insumos, falta de local físico exclusivo para o atendimento e o preconceito dos profissionais da rede de atenção básica e hospitalar em relação ao público beneficiário (MACEDO; SPEÇATO; SANTOS, 2021). Apesar do objetivo de promover o acesso das pessoas em situação de rua à saúde, tais barreiras, juntamente com exigências de documentação e horários inflexíveis de atendimento, acabam por afastar os beneficiários dos serviços (ASSARIAN, 2018; ZURAWSKI, 2017).

Ademais, as dificuldades na utilização dos serviços da atenção primária podem reverberar na piora do quadro dos pacientes, o que faz com que a população em situação de rua procure os serviços de saúde nos níveis ambulatorial e hospitalar em estágios de adoecimentos mais avançados (ANDRADE *et al.*, 2020). Por fim, a frágil intersetorialidade da rede das políticas assistenciais também se manifesta como um obstáculo ao atendimento integral das pessoas em situação de rua, uma vez que o atendimento à saúde deve estar relacionado à assistência social (SERAFINO; LUZ, 2015).

3.1.3 Eixo 3: produção científica acerca da população em situação de rua

Os estudos que destacaram a produção de conhecimento acerca da população em situação de rua sustentam sua escassez (ANDRADE *et al.*, 2020; ASSARIAN, 2018; MACEDO; SPEÇATO; SANTOS, 2021; PAIVA *et al.*, 2016; SANTOS *et al.*, 2020; ZURAWSKI, 2017). De acordo com Santos *et al.* (2020, p. 17), “os estudos que abordam a temática de pessoas em situação de rua de uma forma mais abrangente, com foco em seus determinantes sociais são poucos e urgentes”. Ainda, aponta-se as vulnerabilidades e o preconceito que atingem essa população, bem como estigmas sociais que precisam ser desconstruídos. Nesse contexto, o Programa Consultório na Rua estaria contribuindo para a formação de um novo paradigma.

Em relação às políticas públicas para a população de rua, os estudos as caracterizaram como: impositivas, atravessadas, focalizadas, fragmentadas, paliativas, cronificantes, compensatórias, assistencialistas, higienistas, sanitaristas e setorializadas (ASSARIAN, 2018). Com isso, ressalta-se a importância da aproximação da comunidade científica com as políticas públicas e com a sociedade civil.

Da mesma forma, as discussões acerca do direito à saúde das pessoas em situação de rua concluem que há pouca produção de conhecimento acerca do processo saúde-doença e que as políticas sociais voltadas para esse grupo são, em sua maioria, compensatórias e assistencialistas, de modo que não possibilitam a materialização desse direito (PAIVA *et al.*, 2016). Sobre isso, Zurawski (2017) identifica facilitadores de acesso, como proximidade dos serviços, dificultadores, como o preconceito e a discriminação, apontando a relevância de um atendimento humanizado tendo em vista as especificidades dessa população.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou os resultados de uma revisão sistemática da literatura sobre a Política Nacional para a População em Situação de Rua e sobre o Programa Consultório na Rua. Nosso objetivo foi identificar estudos científicos a respeito dessas políticas e mapear e sistematizar seus principais achados. Tal iniciativa está inserida num esforço mais amplo de pesquisa a respeito do desenho e da implementação de ações públicas para a população em situação de rua, permitindo uma aproximação com a temática.

A partir dos critérios de seleção estabelecidos, foram identificados oito trabalhos, sistematizados tematicamente em três eixos com base nos seus principais resultados: (1) dificuldades da adesão ao Programa Consultório na Rua, (2) problemas de implementação do Programa Consultório na Rua e (3) produção científica acerca da população em situação de rua. De forma geral, e com diferentes ênfases, os trabalhos mostram as dificuldades de acesso e de atendimento a essa população derivada de preconceito e discriminação, como resultado, as políticas públicas são caracterizadas como autoritárias e inefetivas, afastando o público-alvo.

Os trabalhos abordaram, entre outros assuntos, o desenho das políticas, descrevendo as políticas existentes para a PSR. Assim, a implementação tanto da PNPSR quanto do PCR foi pouco abordada nos trabalhos examinados, o que evidencia e justifica a necessidade de novos estudos que tenham como objetivo analisar e avaliar esse processo

em políticas vigentes. Finalmente, ao evidenciarem as barreiras de acesso aos serviços de saúde que a população em situação de rua vivencia, os estudos mostraram que há diversos estigmas e preconceitos que precisam ser desconstruídos para a garantia da eficácia dessas políticas, promovendo, dessa forma, a mudança da realidade social e melhorando a qualidade de vida desse público.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rebeca de et al. O acesso aos serviços de saúde pela População em Situação de Rua: uma revisão integrativa. **Saúde em Debate**, v. 46, p. 227-239, 2022.

ASSARIAN, Alice Mayda Porto. **Produção de conhecimento da população em situação de rua no Brasil**: uma revisão na literatura. Produção de conhecimento da população em situação de rua no Brasil: uma revisão na literatura. Orientadora: Lisiane Boer Possa, 2018. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (bacharel) – Saúde Coletiva, Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2018.

BRASIL. Decreto Presidencial nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** 2009; 24 dez.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

FERREIRA, José Carlos Gomes. **Situação de Rua**: o sofrimento social no centro do debate. Orientadora: Cecília Ribeiro da Silva. 2022. 89 f. Dissertação (Magíster em Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas. Belo Horizonte: FLACSO/FPA, 2022.

MACEDO, Felipe Aparecido Vendrame; SPEÇATO, Layla Graciano; SANTOS, Aliny Lima dos. A atuação do consultório na rua quanto ao acesso da população em situação de rua aos serviços de saúde: uma revisão literária. **Encontro Internacional de Produção Científica**, 2021.

MEDEIROS, Cristiane Reis Soares; CAVALCANTE, Pedro. A implementação do programa de saúde específico para a população em situação de rua - Consultório na rua: barreiras e facilitadores. **Saúde e Sociedade** [online]. 2018, v. 27, n. 3, pp. 754-768.

PAIVA, Irismar Karla Sarmiento de et al. Direito à saúde da população em situação de rua: reflexões sobre a problemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 2595-2606, 2016.

SAMPAIO, Rosana F.; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, v. 11, n. 1, 2007.

SANTOS, Carla Juliete dos *et al.* Políticas públicas de saúde direcionadas à população em situação de rua: uma revisão de literatura. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, p. e136996305-e136996305, 2020.

SERAFINO, Irene; LUZ, Lila Cristina Xavier. Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate. **Revista Katálysis** [online]. v. 18, n. 1, 2015, pp. 74-85.

TRANFIELD, David; DENYER, David; SMART, Palminder. Towards a Methodology for Developing Evidence-Informed Management Knowledge by Means of Systematic Review. **British Journal of Management**, v. 14, n. 3, 2003, p. 207–222.

ZURAWSKI, Alissa Locatelli. **Serviços de saúde como lugar de acesso à população em situação de rua**: revisão sistemática de literatura. Orientador: Renato José de Marchi. 2017. 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) – Residência Integrada em Saúde Bucal – Saúde da Família e da Comunidade, Faculdade de Odontologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.